

**3ª ALTERAÇÃO, RE-RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA
SOCIEDADE
“VENTURINI & CIA LTDA - ME”**

Os infra-assinados:

ELI JOÃO VENTURINI, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, natural de Ivorá (RS), Engenheiro Industrial Mecânico, residente e domiciliado neste município, na Rua do Acampamento, nº 389, Apto 31, Bairro Centro, CEP 97050-003, portador do RG nº 9001184341, expedida pela SSP/RS, nascido em 25/12/1958, inscrito no CPF nº 282.264.020-34;

VILSON VENTURINI, brasileiro, natural de Ivorá (RS), solteiro, maior, capaz, Engenheiro Industrial Mecânico, residente e domiciliado à Rua Antônio Felício Foletto, 305, Apto 01, Bairro Urlândia, cidade de Santa Maria/RS, CEP 97070-405, nascido em 06/09/1964, portador da CI-SSP/RS 3024570784 e CPF 404.420.120-04.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira sob a Razão social de **VENTURINI & CIA LTDA - ME**, estabelecida à Rua Antônio Felício Foletto, nº 305, Bairro: Urlândia, SANTA MARIA (RS), CEP 97.070-405, inscrita do **CNPJ/MF n.º 04.092.041/0001-06**, com seus atos constitutivos arquivados na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE **43.204.518.321** em sessão de 05/10/2000, última alteração arquivada sob nº 4014824, aos 21/10/2014, com o fim especial de alterar, re-ratificar a alteração de nº 02 e consolidar novamente seu instrumento constitutivo, como de fato o alteram e consolidam, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I- DA RETIFICAÇÃO

Retifica-se o **Documento Arquivado sob nº 4014284, de 21/10/2014**, que constou com incorreção no Cabeçalho, Preâmbulo e na Cláusula Primeira da Consolidação a Expressão **“ME”** para informar que a Razão Social da Empresa é **VENTURINI & CIA LTDA**.

II - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas do instrumento supramencionado, aqui não expressamente modificados.

DO OBJETO SOCIAL

III: Nesta data os sócios de comum acordo resolvem alterar o objeto social da sociedade empresária para: ► **TESTES, ANÁLISES TÉCNICAS E INSPEÇÃO VEICULAR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, classificado no CNAE sob nº 7120-1/00.**

IV- Os sócios resolvem consolidar seu contrato social e alterações posteriores, no seguinte documento:

CONSOLIDAÇÃO

CAPÍTULO I - Da Razão, objeto, sede e prazo de Duração

PRIMEIRA: A sociedade gira sob a razão social de **VENTURINI & CIA LTDA - ME;** e adotará o nome de fantasia de "**VENTURINI INSPEÇÕES VEICULAR**".

SEGUNDA: O objeto social da sociedade empresária é: ► **TESTES, ANÁLISES TÉCNICAS E INSPEÇÃO VEICULAR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, classificado no CNAE sob nº 7120-1/00.**

TERCEIRA: A sociedade tem sua sede na **Cidade de Santa Maria (RS), na Rua Antônio Felício Foletto, nº 305, Bairro Urlândia, CEP 97.070-405.**

QUARTA: A sociedade teve início no dia **02/10/2000**, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital, responsabilidade e quotas

QUINTA: O capital social é de **R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais)** constituído de 300.000(trezentas Mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00(Um Real) cada uma, subscrito e já integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional e distribuído da seguinte forma:

a) O sócio, **ELI JOÃO VENTURINI** participará com 291.000 (duzentos e noventa e um mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando sua participação em **R\$291.000,00 (Duzentos e Noventa e Um Mil Reais)**, inteiramente integralizados em moeda corrente nacional.

b) O sócio **VILSON VENTURINI** participará com 9.000 (Nove Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando sua participação em **R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais)**, inteiramente integralizados em moeda corrente nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do artigo 1033, IV, da Lei 10.406/02, a sociedade deve recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução.

SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SÉTIMA: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§1º Verificada a mora, poderá, por decisão dos sócios que representem $\frac{3}{4}$ do capital social, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.



§2º As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CAPÍTULO III - Da Administração

OITAVA: A Administração da sociedade é exercida, separadamente, pelo sócio **ELI JOÃO VENTURINI**.

§1º O administrador têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à administração da sociedade, ao qual caberá a responsabilidade ou a representação ativa e passivamente da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade;

§2º O administrador receberá um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§3º É vedado ao administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§4º O administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

NONA: Nos termos do art. 1.061 da Lei 10406/02, fica permitida a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovados por dois terços do capital social, se o capital estiver totalmente integralizado, ou pela totalidade, se o capital não estiver integralizado.

CAPÍTULO IV - Das Reuniões

DÉCIMA: Todas as decisões pertinentes à sociedade serão tomadas em reunião de sócios, obedecendo as seguintes formalidades:

§1º) As reuniões serão convocadas por qualquer dos sócios, mediante memorando interno, carta circular, carta registrada com AR, onde deverá constar data, local, hora da realização da reunião, bem como a ordem do dia.

§2º) As convocações deverão sempre ocorrer com antecedência de até 05 (cinco) dias da data da reunião.

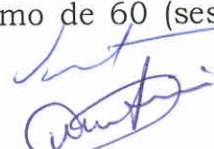
§3º) As deliberações tomadas em reunião serão lavradas em ata e registradas em livro próprio.

§4º) O quorum de instalação e deliberação será o previsto em Lei.

§5º) A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CAPÍTULO V - Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio.

DÉCIMA PRIMEIRA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta)



dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA SEGUNDA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§1º Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§2º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA TERCEIRA: Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando $\frac{3}{4}$ do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa conforme determina o artigo 1085 do NCCB.

§1º A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§2º Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

DÉCIMA QUARTA: No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§1º Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.

§2º A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VI - Do Exercício Social

DÉCIMA QUINTA: O exercício social coincide com o ano civil.

§1º Anualmente, em 31/12, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas às necessárias amortizações e provisões, o saldo porventura existente, terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

§2º Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

§3º Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

§4º Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CAPÍTULO VII - Disposições Finais

DÉCIMA SEXTA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA SETIMA: Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos com observância dos preceitos do NCCB e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca SANTA MARIA - RS, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente em 04(quatro) vias de igual teor e forma, para que produza efeitos legais.

SANTA MARIA - RS, 09 de DEZEMBRO de 2015.


ELI JOÃO VENTURINI


VILSON VENTURINI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/01/2016 SOB Nº: 4226244	
Protocolo: 15/370380-6, DE 22/12/2015	
Empresa: 43 2 0451832 1	
VENTURINI & CIA LTDA - ME	
JUCERGS	 JOSÉ TADEU JACOBY SECRETÁRIO-GERAL